

Guerra Comercial China-EUA: O verdadeiro “ladrão” finalmente desmascarado

Rémy Herrera, Zhiming Long, Zhixuan Feng, Bangxi Li

▶ **To cite this version:**

Rémy Herrera, Zhiming Long, Zhixuan Feng, Bangxi Li. Guerra Comercial China-EUA: O verdadeiro “ladrão” finalmente desmascarado. Pesquisa e Debate, 2020, 33 (n°2 (58)), pp.3-13. 10.23925/1806-9029.v33i2e58896 . hal-03233308

HAL Id: hal-03233308
https://hal.science/hal-03233308

Submitted on 18 Jan 2023

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L’archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d’enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

p&d Revista Pesquisa e Debate

Guerra Comercial China-EUA[1]: O verdadeiro "ladrão" finalmente desmascarado

Rémy Herrera

Pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), Paris
Paris

Zhiming Long

Professor associado na Beijing Tsinghua University

Zhixuan Feng

Professor assistente na Tianjin Nankai University

Bangxi Li

Professor associado na Beijing Tsinghua University

Resumo

Após uma breve apresentação da posição de Karl Marx sobre o comércio internacional, discutimos a evolução da balança comercial sino-americana, segundo a qual os Estados Unidos aparentemente estão perdendo. A seguir, propomos dois métodos de mensuração do intercâmbio desigual entre esses países, um considerando o conteúdo de trabalho diretamente incorporado nas mercadorias trocadas, e outro centrado no valor internacional delas, utilizando tabelas de entrada e saída, que mostram que os Estados Unidos realmente vencem. Uma análise setorial indica uma erosão da vantagem dos EUA, ou seja, que eles ganham no intercâmbio, mas cada vez menos. Por fim, examinamos o desafio à hegemonia global para apreender o que os Estados Unidos têm a oferecer ao mundo.

Palavras chave: comércio internacional, guerra comercial, troca desigual, marxismo.

Abstract

After a brief presentation of Karl Marx's position on international trade, we discuss the evolution of the Chinese-American trade balance, according to which the United States is apparently losing. Next, we propose two methods of measuring unequal exchange between these countries, one considering the work content directly

[1] Traduzido por Rémy Herrera. Revisado por Rosa Maria Marques. Professora titular do Departamento de Economia e do Programa pós-graduado em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: rosamkmarques@gmail.com

incorporated into the “exchanged” goods, and the other focusing on their international value, using input and output tables, which show that the United States really win. A sectoral analysis indicates an erosion of the US advantage, that is, that they gain in the exchange, but less and less. Finally, we examine the challenge to global hegemony to grasp what the United States has to offer the world.

Key words: international trade, trade war, unequal exchange, Marxism.

JEL: B14, F14, O19

Resumidamente, lembremos que Marx admitia que o comércio internacional poderia melhorar, no curto prazo, a situação econômica dos países que dele (soberanamente) participassem, em particular permitindo o aumento do consumo a um custo menor, havia dito Ricardo. No entanto, Marx também acrescentou que, apesar desse ganho imediato, a troca opera às custas da economia menos industrializada e é desigual na medida em que consideramos as quantidades de trabalho incorporadas nas mercadorias trocadas e que medem os esforços produtivos realmente acordados pelos protagonistas da troca (MARX, 1910).

Isso se verifica se um país menos "desenvolvido" apresenta, nos setores de atividade considerados pelo comércio exterior, produtividade do trabalho inferior à de seu "parceiro", de modo que ele obtém menos horas de trabalho incorporadas nas mercadorias que importa em relação às horas que integram suas exportações. A relação das quantidades de trabalho demandadas das exportações e importações (isto é, o que mais tarde será chamado de “termos de troca fatoriais”) é, neste caso, desfavorável ao país menos “avançado”, quando visto pelo ângulo das respectivas contribuições em trabalho. Os marxistas, que se seguiram a Marx, começando com os teóricos do sistema mundial capitalista, mostrarão, mais tarde, que a amplitude das desigualdades entre os países pode depender do diferencial dos salários dos trabalhadores, mais baixos na periferia do que no centro, com produtividade igual.[2]

Assim, ao revelar a natureza desigual do intercâmbio, Marx refutou a visão de um comércio internacional que leva a equalizar ou corrigir os efeitos das desigualdades e enfatizou os mecanismos de dominação e exploração que afetam as economias menos industrializadas e que levam a sua submissão aos países capitalistas ricos.[3] E se Marx pensava que "a liberdade comercial acelera a revolução social"[4] e optou por "votar a favor do livre comércio", não deixou de insistir que este agrava as desigualdades entre os países, configura uma divisão internacional do trabalho de acordo com o interesses dos capitalistas mais poderosos e representa

[2] Veja Samir Amin (*Accumulation on a World Scale*, New York: Monthly Review Press, 1974), e muitos outros, após Arghiri Emmanuel (*Unequal Exchange*, Nueva York: Monthly Review Press, 1972).
[3] Leia, entre outros, os artigos que Marx dedicou à colonização da Índia em: Karl Marx and Friedrich Engels (2018), *Le Colonialisme*, Paris: Éditions Critiques.
[4] Veja o discurso de Marx "Sobre a Questão do Livre Comércio" (9 de janeiro de 1848).

para a burguesia um instrumento de subordinação – razões pelas quais, sem aderir ao protecionismo, ele rejeitou as conclusões normativas dos economistas liberais.

Será, então, que Marx nos ajuda a decifrar o lado oculto de certos aspectos das atuais relações sino-americanas? O enorme déficit comercial dos Estados Unidos (EUA) com relação à China foi o principal pretexto para o desencadeamento por Washington, a partir do primeiro semestre de 2018, do que se costuma chamar de "guerra comercial" contra Pequim. Além das acusações de "roubo" de propriedade intelectual – e outras cortesias[5] –, os motivos invocados pelo governo dos Estados Unidos referem-se à concorrência supostamente "injusta" de uma China que combinaria as vantagens das exportações impulsionadas por baixos salários com as de uma moeda nacional desvalorizada, por um lado, e, por outro, as vantagens de importações prejudicadas por subsídios às empresas nacionais e por fortes restrições regulatórias que impedem o acesso ao seu mercado interno.

O déficit bilateral dos EUA não fornece prova irrefutável de que Donald Trump está correto ao dizer que "os chineses extraem [dos Estados Unidos] centenas de bilhões de dólares a cada ano e os injetam na China" (ao mesmo tempo em que afirma que o presidente Xi Jinping é um de seus "muito, muito bons amigos"[6])? A evolução recente da configuração das cadeias de valor que viram a China ocupar pouco a pouco um lugar decisivo nas redes mundiais de abastecimento de inúmeras atividades certamente tendem a tornar a análise mais complexa. Mas como se pode negar a evidência de que todos esses dólares estão de fato sendo transferidos do país deficitário para o país superavitário?

A evolução do comércio exterior (os EUA, aparentemente, estão perdendo)

Como se sabe, desde a década de 1980 (e mesmo da década de 1970) houve déficits comerciais bilaterais cada vez mais profundos, em detrimento dos Estados Unidos e em benefício da China. Isso é verdade independentemente do sistema contábil usado e apesar das divergências sobre os valores exatos dos déficits entre os dados dos EUA (do Departamento de Comércio dos EUA) e da China (da Administração Aduaneira da China). Essas diferenças de valores podem ser explicadas, entre outros motivos, pelos procedimentos utilizados para se levar em conta reexportações a partir de Hong Kong, custos de transporte e / ou despesas de viagem de cidadãos dos dois países.

Esta deterioração só desacelerou - temporariamente, antes de voltar a acelerar - como resultado do impacto das crises que abalaram a economia dos EUA em 2001 (estouro da bolha da "nova economia") e em 2008 (a chamada "crise

[5] Conforme os tweets presidenciais ou as declarações do vice-operativo Mike Pence, do conselheiro Peter Navarro.

[6] Leia o discurso intitulado "Remarks by President Trup at Signing of the U.S.-China Phase One Trade Agreement" publicado em 15 de janeiro de 2020, disponível em: whitehouse.gov.

subprime", mas na realidade sistêmica, que produziu seus efeitos na China a partir de 2009 e especialmente em 2012) ou das valorizações do yuan (em 2005 e 2011) e após a crise financeira do verão de 2015 nas bolsas chinesas. Esse saldo se deteriorou primeiro lentamente na década de 1990, depois dramaticamente nos anos de 2000 e 2010. Ele ultrapassou a marca dos US $ 100 bilhões em 2002, dos US $ 200 bilhões em 2005, e dos US $ 300 bilhões em 2011, antes atingir, apenas para bens (excluindo serviços), o déficit recorde de US $ 419,5 bilhões em 2018. Nessa data, a China havia se tornado oficialmente o primeiro parceiro comercial dos EUA para o comércio de bens, com um total de US$ 659,8 bilhões: US$ 120,0 bilhões em exportações e US$ 539,5 bilhões em importações. Enquanto isso, o comércio de serviços teve um superávit a favor dos EUA de US$ 40,5 bilhões.

Foi precisamente nesse ano que a guerra comercial foi lançada. Em janeiro, foram tomadas as primeiras medidas, que consistiram em aumentar drasticamente os direitos aduaneiros sobre alguns produtos importados da China (exemplos: equipamentos domésticos, painéis solares fotovoltaicos, etc.). A partir de março, seguiram-se novos aumentos nas barreiras às importações da China (metalurgia, automotiva, aeronáutica, robótica, tecnologias de informação e comunicação, equipamentos médicos, etc.). Então, em abril de 2018, vieram as sanções contra as empresas chinesas, que foram alvo da proibição da utilização de insumos *made in EUA.*

Um ano depois, em junho de 2019, quando os aumentos de tarifas afetaram outros setores, a China não era mais o maior parceiro comercial dos Estados Unidos (foi suplantada pelos parceiros do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), México e Canadá). Mas, no final de 2019, o déficit comercial havia se reduzido a US$ 345,6 bilhões, valor inferior ao do final do segundo mandato de Barack Obama. Essa mudança era visível desde os primeiros meses de 2019. Será, então, que Donald Trump está certo e está vencendo sua luta? A resposta a essa pergunta requer de antemão saber se, como afirmam os economistas do *mainstream*, o comércio entre os Estados Unidos e a China é justo. Mas é realmente esse o caso?

A medida do comércio desigual (a América, realmente, vence)

Ao custo de certas suposições e condições técnicas, se pode calcular os respectivos valores em trabalho dos bens e serviços trocados pelos Estados Unidos e China em seu comércio bilateral.[7] Isso é o que fizemos, usando dois métodos separados (HERRERA ET AL, 2020).

[7] Sobre este tópico, ver: Bill Gibson (1980), "Unequal Exchange: Theoretical Issues and Empirical Findings," *Review of Radical Political Economics*, vol. 12, n° 3, p. 15-35; Michael Webber y S.P.H. Foot (1984), "The Measurement of Unequal Exchange," *Environment and Planning A: Economy and Space*, vol. 16, n° 7, p. 927-947; Akiko Nakajima e Hirochi Izumi (1995), "Economic Development and Unequal Exchange among Nations: Analysis of the U.S., Japan, and South Korea," *Review of Radical Political*

Um primeiro método consiste em estimar diretamente a troca desigual como a razão entre os conteúdos em trabalho integrados nos intercâmbios sino-americanas: a China exporta uma quantidade de horas de trabalho realizadas pelos trabalhadores chineses e, em troca, importa outro número de horas trabalhadas realizadas, desta vez, pelos trabalhadores norte-americanos, às quais se soma o superávit da balança comercial, ou seja, um número adicional de horas desses mesmos trabalhadores norte-americanos correspondente ao saldo bilateral, visto da China. Precisamos também avaliar quantas horas de trabalho equivalem um dólar nos Estados Unidos e na China, pois nossos cálculos, feitos a preços correntes, devem converter as moedas entre si, utilizando o câmbio oficial.

Os resultados que obtemos evidenciam, nas últimas quatro décadas, de 1978 a 2018, a existência de um intercâmbio desigual entre os Estados Unidos e a China, à custa desta e a favor daquele. As respectivas evoluções do conteúdo do trabalho integrado em bens transacionáveis foram muito diferentes nos dois países: vemos, para a China, um aumento acentuado até meados dos anos 2000, depois uma queda acentuada e finalmente uma estabilização no início da década. de 2010; mas, para os Estados Unidos, uma evolução bem mais moderada, em aumento contínuo. Descobrimos que, entre 1978 e 2018, uma hora de trabalho nos Estados Unidos foi trocada por quase 40 horas de trabalho chinês em média. No entanto, desde meados da década de 1990 - período de profundas reformas na China, especialmente em matéria fiscal e orçamentária -, observamos uma diminuição muito acentuada da desigualdade comercial, sem que esta desapareça completamente. Em 2018, 6,4 horas de mão de obra chinesa ainda eram trocadas por uma hora de mão de obra americana. A erosão dessa vantagem comercial dos Estados Unidos poderia então explicar a eclosão de sua guerra comercial contra a China?

Nesse primeiro método, é a comparação da média dos tempos de trabalho necessários para a fabricação dos bens comercializados que pode avaliar diretamente o câmbio desigual. No entanto, a apropriação da riqueza produzida entre os países só se mede realmente por meio da transferência bilateral do tempo necessário do trabalho social, ou seja, dos valores internacionais. Estes últimos podem ser estimados empiricamente - embora seus cálculos não sejam fáceis. Além disso, pelo método anterior, só nos foi possível calcular o trabalho vivo diretamente incorporado nas exportações, enquanto o produto bruto inclui também o trabalho materializado nos diferentes meios de produção mobilizados. Assim, também adotamos um segundo método, baseado na Nova Interpretação da teoria do valor-

Economics, vol. 27, n° 3, p. 86-94; o Zhixuan Feng (2018), "International Value, International Production Price and Unequal Exchange," *in* Z. Feng *et al.* (eds.), *Economic Growth and Transition of Industrial Structure in East Asia,* Singapura: Springer.

trabalho[8], para superar as limitações do primeiro método acima mencionadas e examinar mais precisamente o alcance da troca desigual.[9]

Neste quadro alternativo, avaliamos as quantidades dos valores internacionais recém-criados em diferentes países e diferentes setores, usando a taxa de câmbio em paridade de poder de compra para refletir a participação do produto de um país na produção mundial e reduzir o impacto das flutuações na taxa de câmbio real. Em seguida, calculamos a diferença entre os valores internacionais recém-criados por cada setor dos diferentes países e os preços do mercado mundial - uma vez resolvidas as duas importantes dificuldades mencionadas acima: a de converter os valores internacionais calculados em unidades monetárias e a de levar em conta não só o trabalho vivo, mas também a parte associada ao trabalho materializado nos meios de produção. No total, graças a uma matriz de comércio mundial construída a partir de tabelas internacionais de saídas e entradas internacionais, obtemos para cada setor dos dois países os valores das transferências de ou para outras atividades econômicas registradas, então os valores líquidos efetivamente transferidos, isto é, as quantidades de troca desigual.

Levando em conta os dados disponíveis, nossos cálculos só puderam ser realizados para o período 1995 e 2014, para 55 setores econômicos e para 43 países, incluindo os Estados Unidos e a China. Se nos concentrarmos nestes dois últimos países, cujas relações nos interessam neste artigo, os resultados que obtemos com este segundo método confirmam aqueles previamente obtidos graças ao primeiro método: houve de fato uma desigualdade no comércio sino-americano durante o período 1995-2014 e, no total, as transferências de valores internacionais ocorreram em grande parte para o benefício dos Estados Unidos. Expressa em dólares correntes, o montante dessa "redistribuição", no final do período (2014), era próximo a US $ 100 bilhões, ou quase 0,5% do valor adicionado norte-americano.

A erosão da vantagem americana (os Estados Unidos ganham, mas cada vez menos)

Os resultados das estimativas de nosso segundo método também mostram é que os Estados Unidos (que detém a hegemonia mundial) estão encontrando cada vez mais dificuldades para manter sua vantagem e superar essa competição e, portanto, arcar com todas as implicações do livre comércio para o qual eles uma vez definiram as regras, para seu benefício. De fato, a China conseguiu reduzir

[8] Veja em particular: Duncan Foley (2000), "Recent developments in the labor theory of value," *Review of Radical Political Economics*, vol. 32, n° 1, p.1-39; y Jie Meng (2015), "Two kinds of MELT [Monetary Expression per Labor Time] and their determinations: Critical notes on Moseley and the New Interpretation," *Review of Radical Political Economics*, vol. 47, n° 2, p. 309-316.

[9] Este segundo método, alternativo ao primeiro, é inspirado no modelo proposto por: Andrea Ricci (2019), "Unequal Exchange in the Age of Globalization," *Review of Radical Political Economics*, vol. 51, n° 2, p. 225-245.

significativamente a importância dessa troca desigual, reduzindo gradativamente a transferência de riqueza em seu prejuízo: de -3,7% para -0,9% do seu próprio valor adicionado entre 1995 e 2014. De 50 horas de trabalho chinês por uma hora de trabalho americano que trocava em 1995, passou para apenas sete em 2014.

Somado a isso, as análises setoriais que podem ser extraídas da aplicação de nosso segundo método para calcular o comércio desigual são muito esclarecedoras. Elas mostram que, embora 43 dos 55 setores de atividade considerados por nosso estudo, entre 1995 e 2014, (ou seja, 78% deles) evidenciem transferências de valores dirigidos da China para os Estados Unidos (os mais significativos sendo o setor têxtil , vestuário e marroquinaria e móveis e insumos), outros 12 setores econômicos estão na origem das transferências de valores na direção oposta, ou seja, operando em detrimento dos Estados Unidos. Entre essas últimas atividade, e para em 2014, destacam-se os produtos de informática, eletrônicos e ópticos (com US$ 6,9 bilhões transferidos dos Estados Unidos para a China), agricultura e pecuária (US$ 3,1 bilhões), veículos motorizados, reboques e semirreboques (US$ 1,1 bilhão) ou ainda produtos farmacêuticos básicos e preparações farmacêuticas (US$ 422 milhões).

O primeiro desses setores engloba um dos principais eixos da ofensiva lançada por Donald Trump o contra a China e contra os gigantes transnacionais americanos do "globalismo", especialmente aqueles que atuam na área das novas tecnologias de informação e comunicação, que ele critica por terem se deslocalizadas para a China e que ele tenta fazê-las retornar para os EUA. Se costuma considerar o presidente Trump um “louco”, esquecendo que ele é o produto e o representante eminente de uma das frações das altas finanças que atualmente dominam a economia americana: a fração “continentalista”, oposta àquela, mais poderosa. ainda, dos "globalistas", encarnados pelo *establishmen* do Partido Democrata (OBSERVATORIO INTERNACIONAL DE LA CRISIS, 2019). O segundo setor, o automobilístico, um dos pilares da economia americana, está fortemente abalado (e foi objeto de vários “resgates”) desde a crise de 2008. O terceiro setor, a agricultura e a pecuária, é um dos que mais sofreram duras retaliações chinesas, na forma de taxas alfandegárias impostas aos produtos agrícolas importados dos EUA (principalmente de estados grandes produtores de produtos agrícolas e que votam em Donald Trump nas eleições presidenciais, como Kansas, por exemplo). Essas restrições aumentaram a desvantagem americana. O quarto setor mencionado, entre aqueles em que os Estados Unidos têm as maiores fraquezas, produtos farmacêuticos básicos e insumos para manipulação farmacêutica, revelou recentemente e dolorosamente sua importância estratégica absolutamente vital durante a pandemia da covid19. Nessas condições, não se pode perguntar se o lançamento de uma guerra comercial não constituiria também uma tentativa dos EUA limitar as transferências de valores desses setores fundamentais pela China?

O desafio à hegemonia global (o que os Estados Unidos têm a oferecer ao mundo?)

Para além dos discursos retóricos dos fóruns políticos e das negociações diplomáticas decorativas, as questões econômicas que aqui nos preocupam são muito complexas. Diversos fatores imbricados explicam a tendência de queda observada na razão das trocas de trabalho incluídas no comércio bilateral, entre as quais as mais influentes, entre outras, estão, sem dúvida, as flutuações nas taxas de câmbio e as respectivas dinâmicas de produtividade que refletem, em particular, as mudanças nas diferenças produtivas e tecnológicas entre os dois países.

O crescimento exponencial das exportações chinesas nos últimos 30 anos foi efetuado sobre a base de uma industrialização bem-sucedida (mas longa e difícil) e de um controle rigoroso da abertura ao sistema mundial, integrado no quadro de uma "estratégia de desenvolvimento controlado do início ao fim (HERRERA e LONG, 2018). É por isso que o conteúdo das exportações tem sido capaz de se modificar de modo a envolver, aos poucos, produções cada vez mais elaboradas, a ponto que hoje, bens e serviços de alto padrão. É por isso que o conteúdo das exportações pôde ser modificado, pouco a pouco, para que incorporasse produções cada vez mais elaboradas, a ponto de hoje bens e serviços de alta tecnologia representarem mais da metade do valor total das mercadorias exportado pela China. Graças às inovações tecnológicas realizadas em todas as áreas (incluindo robótica, energia nuclear, espaço), cada vez mais dominadas a nível nacional, as estruturas produtivas do país puderam evoluir de *made in China* para *made by China*. Ao longo de várias décadas, a taxa de crescimento da produtividade do trabalho (que se acelerou, em média, de 4,31% na década de 1980 para 7,28% na década de 1990, 11,72% nos anos 2000 e ainda 14,12% em 2010) permitiu acompanhar o aumento muito sustentado dos salários industriais (em termos reais), sem que o peso do "custo do trabalho" chinês em relação aos concorrentes do Sul (Coreia do Sul, México, Turquia, etc.) deteriorasse a competitividade das empresas nacionais, nem mesmo suas margens de lucro. As exportações – e os investimentos estrangeiros diretos, já que mais da metade dessas mesmas exportações são realizadas por transnacionais estrangeiras com sede na China –, pelo contrário, desempenham atualmente um papel coadjuvante no desenvolvimento do país.

Além do que, a guerra comercial contra a China foi lançada pelo governo estadunidense num contexto pré-existente onde, durante décadas, os Estados Unidos exerciam pressões extremamente fortes, por meio de sua moeda nacional (que é também a moeda de reserva internacional) em todas as demais economias do mundo. Com o objetivo de tentar melhorar a competitividade dos preços das exportações de um ou de outro dos dois países, a espiral descendente à fraqueza do dólar ou do yuan acelerou-se recentemente quando as autoridades monetárias chinesas reagiram às sanções norte-americanas permitindo sua moeda nacional se

depreciar. Assim, o yuan foi "desvalorizado" em agosto de 2019. Mas era ele realmente desvalorizado antes disso?

O boom das exportações, no qual o "modelo" de crescimento da China se baseou em parte (apenas em parte), cristalizou um importante ponto de tensão nas relações internacionais. O renminbi, cuja unidade monetária é o yuan, há muito estaria claramente desvalorizado, de acordo com a mídia nos Estados Unidos e em outros lugares. Essa suposta desvalorização estaria na origem da piora dos déficits comerciais dos Estados Unidos, pois as mercadorias chinesas exportadas, já muito baratas, teriam se tornado ainda mais competitivas nos mercados mundiais mediante um yuan mantido artificialmente depreciado. Daí a pressão redobrada de Washington no sentido da valorização da moeda chinesa frente ao dólar que levou, apesar da relutância e resistência de Pequim, às apreciações de 2005 e 2012: entre essas duas datas, ou seja, entre o momento em que as autoridades monetárias chinesas decidiram deixar de atrelar as variações de sua moeda nacional ao dólar (julho de 2005) e o da última apreciação (abril de 2012), o valor real do yuan valorizou 32% em relação ao dólar.

Os debates entre economistas sobre o "valor justo" das moedas são controversos. No entanto, notamos que, entre os critérios discutidos, é sobretudo a relação entre o saldo em conta corrente e o PIB que é mais utilizada pelos diferentes consultores dos governos dos Estados Unidos (sob os presidentes Trump como Obama). A referência utilizada para definir a chamada taxa de câmbio de “equilíbrio” seria a razão entre o superávit ou déficit do balanço de pagamentos corrente e o PIB entre +/- 3 ou 4%. Se aplicarmos esse critério ao caso da China, dada a importância de suas relações bilaterais com os Estados Unidos, vemos que a relação chinesa caiu de mais de 10,6%, em 2007, para menos de 2,8% em 2011 e apenas 1,4% em 2012. E este critério continuou a ser cumprido desde então, situando-se um pouco acima de 3,5%, na “janela de oportunidade” dos EUA. Assim, no início da década de 2010, a China conseguiu reduzir a razão entre o saldo da conta corrente e o PIB a um nível considerado "razoável", ou seja, compatível com a taxa de câmbio do yuan em relação ao dólar. A participação das exportações no PIB está sob controle: depois de disparar para mais de 35% em meados da década de 2000, caiu abaixo de 20%, ou 10 pontos do PIB abaixo da média mundial (30% nos últimos dez anos). Na China, a relação exportações / PIB de menos de 20% é, agora, inferior ao da OCDE (28%) e ainda inferior ao da área do euro (45%). É também esse controle sobre o grau de abertura que garantiu à China condições relativamente mais estáveis em termos de taxas de câmbio (e taxas de inflação) do que em outros países.

Consequentemente, a "desvalorização" do yuan não teria sido tão óbvia como foi dito – ao contrário da deterioração dos termos de troca da China, que é muito real e geralmente ignorada – quando nos referimos à "*bentchmark*" mais usada pela administração estadunidense. No entanto, isso não impediu os Estados

Unidos, apesar dos gigantescos desequilíbrios gêmeos (déficits orçamentários e déficits comerciais) que caracterizam sua economia, de buscar o que muitos observadores chamaram de "guerra cambial", por meio da depreciação do dólar no mercado de câmbio estrangeiro, e de tentarem impor a Pequim os termos do que parece ser uma "capitulação",[10] cuja implicação, entre outras, é a desvalorização das reservas em dólares detidas pelas autoridades monetárias chinesas. Mas são estes últimos que são acusados de endurecer esta guerra comercial para transformá-la em uma guerra cambial.

Será porque a China conseguiu implantar um projeto de desenvolvimento não financeiro e não bélico, autônomo, eficaz e contestador do bloco de poder das altas finanças estadunidenses que, alimentado por capital fictício, os Estados Unidos oferece ao mundo suas crises e suas guerras?

A hipótese que, portanto, formularemos é que, somada a uma guerra cambial que a precedeu, a guerra comercial lançada por Washington contra Pequim, no marco da nova "Guerra Fria" entre eles, poderia ser interpretada como uma tentativa do governo Trump de conter a deterioração lenta e constante da vantagem que os Estados Unidos conseguiram extrair de seu comércio com a China ao longo de (pelo menos) quatro décadas e, ao mesmo tempo, para manter sua hegemonia decadente. A observação que estabelecemos é que a China certamente angariou receitas dos superávits comerciais bilaterais, mas que esses ganhos foram compensados pelo fato, destacado pelos cálculos que medem a desigualdade comercial bilateral, de serem principalmente os Estados Unidos os beneficiados desse comércio em termos de tempo de trabalho incorporado na mercadoria comercializada.

Embora esteja longe de ser certo que a atual guerra comercial de Donald Trump terá sucesso em dobrar a China como a de Ronald Reagan fez com o Japão na década de 1980, o estreito entrelaçamento comercial e monetário das duas maiores economias do mundo (uma superpotência em declínio, a outra emergente) apresenta riscos extremamente preocupantes para os Estados Unidos, bem como para a própria economia internacional. De fato, todos sabem que grande parte dos dólares arrecadados pela China com seus superávits comerciais voltam aos EUA na forma de compras maciças pelas autoridades monetárias chinesas de títulos do Tesouro emitidos pelos Estados Unidos com o objetivo de financiar seus próprios déficits comerciais.

Portanto, vamos nos voltar para Donald J. Trump, com o devido respeito e cortesia, para perguntar simplesmente: "Senhor presidente, se tivermos que remover nossas máscaras por um breve momento, qual é então a identidade do verdadeiro 'ladrão' em tudo isso?

[10] Veja: Martin Wolf (2010), *Financial Times*, 12 de outubro de 2010, disponível em: http://www.ft.com/cms/s /0/fe45eeb2-d644-11df81f0-00144feabdc0.html.

Referências

HERRERA, Rémy, LONG, Zhiming (2018), "Enigma del crecimiento chino," *Revista Política Internacional – ISRI*, enero-marzo, n° 1, p. 26-33, La Habana.

HERRERA, Rémy, LONG, Zhiming e FENG, Zhixuan (2020), "Turning One's Loss into a Win? The U.S. Trade War Against China in Perspective," mimeo, CNRS - UMR 8174 (Centre d'Économie de la Sorbonne, Paris), Universidade Tsinghua de Beijing e Universidade Nankai de Tianjin, 17 p.

Marx, Karl (1910), *Das Kapital*, Band 23 (Libro I), in *Marx Engels Werke*, Berlín: Dietz Verlag.

OBSERVATORIO INTERNACIONAL DE LA CRISIS. O capital frente a seu declínio. São Paulo, Expressão Popular, 2019.